

INTÉ

Agenda Legislativa 2026

Energia que desenvolve o Brasil

INTÉ

Instituto Brasileiro de Transição Energética

Apresentação

Uma agenda para o futuro energético do Brasil.

O INTÉ consolida neste documento as proposições legislativas prioritárias para o setor de energia, organizadas em cinco eixos estratégicos.

O Instituto Brasileiro de Transição Energética (INTÉ) apresenta ao Congresso Nacional, em nome das entidades associadas, a Agenda Legislativa do Setor de Energia – 2026.

Criado com o propósito de conectar conhecimento técnico e visão setorial à formulação de políticas públicas, o INTÉ atua para promover uma transição energética responsável, aliada à segurança do abastecimento e à competitividade da economia brasileira. Nesse sentido, o Instituto reafirma seu compromisso com o diálogo qualificado e permanente entre o setor de energia e o Parlamento, em alinhamento com os objetivos da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia, presidida pelo senador Veneziano Vital do Rêgo.

Esta agenda reflete os interesses de nossos associados e aponta os caminhos legislativos considerados essenciais para que o Brasil consolide sua posição de liderança global em energia limpa, competitiva e acessível.

Diogo Pignataro
Presidente do INTÉ

Avanços 2025

O INTÉ em ação: conquistas que movem o Brasil.

Uma agenda de resultados concretos.

5

**Marcos
Legislativos**

2

**Leis
Complementares**

2

**MPs convertidas
em lei**

Desde sua criação, em 2021, o Instituto Brasileiro de Transição Energética – INTÉ – não apenas monitorou o Congresso Nacional — atuou dentro dele. Consolidado como uma das vozes mais qualificadas do setor de energia no diálogo com o Parlamento, contribuindo decisivamente para a aprovação de um conjunto de marcos legais que redesenharam as bases regulatórias, tributárias e sociais do setor energético brasileiro, em 2025 o INTÉ atuou em proposições que se transformaram em marcos legais importantes.

O PLP 125/2022, sancionado como Lei Complementar nº 225/2026, criou regras para combater o Devedor Contumaz e o PLP 108/2024 instituiu a monofasia da nafta com o advento da Lei Complementar nº 227/2026. Essas novas leis são dois pilares do novo ambiente tributário que o setor energético precisava para planejar com segurança seus investimentos de longo prazo. O INTÉ trabalhou ativamente para que o texto final respeitasse as especificidades do setor, especialmente na questão da monofasia da nafta.

Na pauta industrial, a sanção do PRESIQ — Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (PL 892/2025, Lei nº 15.294/2025) — representou uma vitória direta para os associados do INTÉ, criando um ambiente mais favorável à produção nacional de insumos estratégicos.

No campo do setor elétrico, o Instituto acompanhou de perto as duas grandes reformas aprovadas via Medidas Provisórias: a MP 1.300/2025 (Lei nº 15.235/2025), que ampliou a Tarifa Social de Energia Elétrica, tornando o acesso à energia um direito mais inclusivo; e a MP 1.304/2025 (Lei nº 15.269/2025), que promoveu uma reforma estrutural no setor elétrico com o objetivo central de reduzir o custo da conta de luz para famílias e empresas. Ambas as matérias exigiram vigilância técnica intensa para garantir que os ganhos para o consumidor não viessem acompanhados de distorções regulatórias.

Esses cinco marcos legislativos não são conquistas isoladas. São evidências de um instituto que aprendeu rapidamente a traduzir o conhecimento técnico do setor em influência política qualificada — e que entra em 2026 com autoridade e legitimidade para apresentar ao Congresso Nacional a agenda que o Brasil precisa para liderar a transição energética global.

Temas Estratégicos

Cinco eixos, uma visão.

A agenda do INTÉ está estruturada em cinco eixos que refletem as prioridades do setor energético brasileiro para 2026.

1

Indústria, Emprego e Desenvolvimento

Proposições que fortalecem a cadeia produtiva do setor energético, geram empregos qualificados e impulsionam o desenvolvimento econômico nacional.

4 proposições

2

Fortalecimento Regulatório

Marcos regulatórios que conferem segurança jurídica, autonomia institucional e previsibilidade para os investimentos no setor de energia.

4 proposições

3

Meio Ambiente e Transição Energética Justa

Instrumentos legislativos que conciliam proteção ambiental, descarbonização e a expansão das fontes limpas de energia.

3 proposições

4

Integridade do Mercado de Combustíveis

Proposições que combatem fraudes, adulterações e práticas desleais no mercado de combustíveis, protegendo consumidores e empresas.

4 proposições

5

Segurança Energética e Infraestrutura

Projetos que garantem a soberania energética nacional e o desenvolvimento da infraestrutura necessária para o escoamento e distribuição de energia.

3 proposições

Indústria, Emprego e Desenvolvimento

O setor energético é um dos maiores geradores de empregos e investimentos no Brasil. Este eixo reúne proposições que fortalecem a cadeia produtiva, estimulam empregos de qualidade e garantem que os benefícios da transição energética se traduzam em crescimento econômico.

PL 6083/2016 — Apoiamos

Individualização da Produção no Pré-Sal

Altera a Lei nº 12.351/2010 para estabelecer critérios de individualização da produção em áreas do polígono do Pré-Sal que se estendam por área da União.

Autor: Dep. Celso Pansera (Fora de exercício)

Casa: Câmara dos Deputados

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Minas e Energia (CME).

PL 4372/2025 — Apoiamos

Banco de Bonificações de Conteúdo Local

Altera a Lei nº 15.075/2024 para instituir o Banco de Bonificações de Conteúdo Local e estimular maior interação entre instituições de P&D e empresas da indústria de petróleo, além de promover a exportação de bens e serviços fornecidos por empresas brasileiras.

Autor: Sen. Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Casa: Senado Federal

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCT).

Veto Presidencial nº 7/2025 — Pela derrubada

Reforma Tributária — IBS, CBS e Imposto Seletivo

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária.

Casa: Congresso Nacional

Situação: Sobrestando a pauta. Veto em tramitação no Congresso Nacional.

PL 278/2026 — Apoiamos com aperfeiçoamentos

REDATA — Regime Especial de Tributação para Datacenters

Institui o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (REDATA) e altera leis correlatas.

Autor: Dep. José Guimarães (PT/CE)

Casa: Câmara dos Deputados

Situação: Pronta para pauta no Plenário; aguardando despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

Fortalecimento Regulatório

Um ambiente regulatório sólido, transparente e previsível é a base sobre a qual se constroem os grandes investimentos em energia. O Brasil avançou muito na estruturação de suas agências reguladoras e no ordenamento jurídico do setor, mas ainda enfrenta lacunas que geram insegurança para investidores, dificultam a concorrência leal e limitam a eficiência do mercado.

Este eixo reúne proposições que aprimoram o marco regulatório do setor energético, fortalecem a autonomia e a capacidade técnica das agências e estabelecem regras mais claras para a atuação dos agentes econômicos.

PLP 109/2025 — **Apoiamos**

Acesso da ANP a Informações Fiscais

Dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a informações fiscais de agentes regulados para fins de fiscalização e regulação.

Autores: Dep. Alceu Moreira (MDB/RS), Dep. Pedro Lupion (PP/PR), Dep. Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP) e outros

Relator: Dep. Neto Carletto (AVANTE/BA)

Casa: Câmara dos Deputados

Situação: Pronta para pauta no Plenário.

PL 1923/2025 — **Não apoiamos**

Operador Nacional do Sistema de Combustíveis (ONSC)

Dispõe sobre o Sistema Eletrônico de Informações do Setor de Combustíveis (SEISC), que será implementado e operado pelo Operador Nacional do Sistema de Combustíveis (ONSC), e altera a Lei nº 9.478/1997.

Autor: Dep. Julio Lopes (PP/RJ)

Casa: Câmara dos Deputados

Situação: Pronta para pauta no Plenário.

PL 50/2024 — **Não apoiamos**

Alterações na Lei do Petróleo Altera a Lei nº

9.478/1997 (Lei do Petróleo) em disposições relevantes para o setor de exploração e produção.

Autor: Dep. Hugo Leal (PSD/RJ)

Relator: Dep. Gabriel Nunes (PSD/BA)

Casa: Câmara dos Deputados

Situação: Pronta para pauta na Comissão de Minas e Energia (CME).

Veto Presidencial nº 42/2025 — **Pela manutenção**

Veto ao PLV nº 10/2025 — MP 1.304/2025

Veto parcial ao PLV nº 10/2025, oriundo da Medida Provisória nº 1.304/2025, com impactos relevantes para o marco regulatório do setor energético.

Casa: Congresso Nacional

Situação: Sobrestando a pauta. Veto em tramitação no Congresso Nacional.

Meio Ambiente e Transição Energética Justa

A transição energética não é apenas uma resposta à crise climática — é uma oportunidade histórica de reinventar a economia brasileira. O Brasil possui vantagens únicas nesse processo: uma das matrizes energéticas mais renováveis do mundo, enorme potencial solar e eólico, vastas reservas de biocombustíveis e crescente interesse global em investimentos sustentáveis. Para que essa oportunidade seja plenamente aproveitada, são necessários marcos legislativos que alinhem proteção ambiental, segurança jurídica e atração de capital.

Este eixo reúne proposições que aceleram a descarbonização, incentivam o uso de energias mais limpas e constroem as bases regulatórias para que o Brasil lidere, de fato, a transição energética global — de forma justa, inclusiva e soberana.

PL 4861/2023 — Apoiamos

Incentivos ao Uso de Combustíveis Menos Poluentes

Dispõe sobre a adoção de uma política de incentivos visando à transição para a utilização de combustíveis com menores índices de emissões de carbono.

Autor: Dep. Hugo Leal (PSD/RJ)

Relator: Dep. Stefano Aguiar (PSD/MG)

Casa: Câmara dos Deputados

Situação: Aguardando parecer do relator na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS).

PL 3260/2024 — Apoiamos

Descomissionamento de Instalações de Petróleo e Gás

Altera a Lei nº 9.478/1997 para dispor sobre a definição e o regime de descomissionamento de instalações utilizadas na exploração e produção de petróleo e gás.

Autor: Dep. Hugo Leal (PSD/RJ)

Relator: Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)

Casa: Câmara dos Deputados

Situação: Pronta para pauta na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS).

PL 1584/2021 — Apoiamos

Reciclagem de Embarcações

Dispõe sobre a reciclagem de embarcações, estabelecendo normas ambientais e de segurança para o processo de desmonte e reaproveitamento de navios e plataformas.

Autor: Dep. Coronel Armando (PSL/SC)

Casa: Câmara dos Deputados

Situação: Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

Integridade do Mercado de Combustíveis

O mercado de combustíveis enfrenta fraudes, adulterações e práticas desleais que prejudicam o setor formal, consumidores e o Estado. Este eixo reúne proposições para fortalecer a fiscalização, aumentar a transparência e garantir uma concorrência justa e regulada.

PL 399/2025 — Apoiamos com aperfeiçoamentos

Penalidades na Comercialização de Combustíveis

Altera a Lei nº 9.847/1999 para tratar de penalidades relativas à comercialização irregular de combustíveis e biocombustíveis.

Autor: Dep. Flávio Nogueira (PT/PI)

Relator: Dep. Alceu Moreira (MDB/RS)

Casa: Câmara dos Deputados

Situação: Aguardando deliberação no Plenário.

PL 4257/2024 — Apoiamos

Proibição de Formulador Não Autorizado de Gasolina e Diesel

Proíbe o exercício da atividade de formulador de gasolina e diesel por pessoa jurídica não autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Autor: Dep. Júlio Lopes (PP/RJ)

Relator: Dep. Hugo Leal (PSD/RJ)

Casa: Câmara dos Deputados

Situação: Aguardando parecer do relator na Comissão de Minas e Energia (CME).

PL 5502/2025 — Apoiamos

Qualidade do Biodiesel Adicionado ao Óleo Diesel

Dispõe sobre a adoção de medidas preventivas e corretivas relativas à qualidade do biodiesel adicionado ao óleo diesel, e dá outras providências.

Autor: Dep. Sidney Leite (PSD/AM)

Relator: Dep. Daniel Almeida (PCdoB/BA)

Casa: Câmara dos Deputados

Situação: Aguardando parecer do relator na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).

PL 5807/2025 — Apoiamos

Tipificação de Crime de Falsificação de Combustíveis

Altera o Código Penal e a Lei dos Crimes Hediondos para tipificar o crime de posse de artefatos para falsificação de produtos e incluir a falsificação qualificada de combustíveis entre os crimes hediondos. Altera também as Leis nºs 8.176/1991, 12.305/2010 e 9.478/1997.

Autor: Dep. Otavio Leite (PSDB/RJ)

Casa: Senado Federal

Situação: Aguardando inclusão na Ordem do Dia de Requerimento de Urgência. Matéria ainda não despachada para as Comissões.

Segurança Energética e Infraestrutura

A segurança energética é um dos fundamentos da soberania nacional. Um país que não garante o abastecimento confiável de energia para sua população e sua economia não pode crescer, inovar ou competir globalmente. O Brasil ainda enfrenta gargalos significativos em sua infraestrutura energética — desde a capacidade de exploração e escoamento de recursos estratégicos até a tipificação adequada de crimes que ameaçam a integridade do sistema.

Este eixo reúne proposições que ampliam a capacidade produtiva do setor, asseguram o abastecimento em situações de vulnerabilidade, promovem o uso responsável dos recursos naturais e constroem a base física sobre a qual a transição energética brasileira pode acontecer com segurança e soberania.

PL 1935/2019 — **Não apoiamos**

Proibição de Concessão de Lavra via Fracking

Acrescenta inciso ao art. 37 do Decreto-Lei nº 227/1967 para proibir a outorga de concessão de lavra para exploração de gás mediante processo de fraturação hidráulica (fracking).

Autor: Dep. Schiavinato (PP/PR)

Relator: Dep. Túlio Gadelha (REDE/PE)

Casa: Câmara dos Deputados

Situação: Aguardando parecer do relator na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS).

PL 4663/2016 — **Apoiamos**

Exploração de Acumulações Marginais por Produtores Independentes

Dispõe sobre a exploração e produção de acumulações marginais de petróleo e gás natural por produtores independentes, estimulando a diversificação dos agentes no setor.

Autor: Dep. Beto Rosado (PP/RN)

Relator: Dep. Felipe Francischini (UNIÃO/PR)

Casa: Câmara dos Deputados

Situação: Pronta para pauta na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

PL 1482/2019 — **Apoiamos**

Tipificação do Crime de Furto de Derivados de Petróleo em Dutos

Altera o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal) para tipificar o crime de furto de derivados de petróleo em dutos e instalações afins, ampliando a proteção da infraestrutura energética nacional.

Autor: Dep. Juninho do Pneu (UNIÃO/RJ)

Casa: Senado Federal

Situação: Matéria despachada.

Panorama Geral das Proposições

Visão consolidada por eixo temático para consulta rápida

Indústria, Emprego e Desenvolvimento	PL 6083/2016 — Individualização da Produção no Pré-Sal PL 4372/2025 — Banco de Bonificações de Conteúdo Local Veto nº 7/2025 — Reforma Tributária — IBS, CBS e IS PL 278/2026 — REDATA — Tributação de Datacenters
Fortalecimento Regulatório	PLP 109/2025 — Acesso da ANP a Informações Fiscais PL 1923/2025 — Operador Nacional do Sistema de Combustíveis PL 50/2024 — Alterações na Lei do Petróleo Veto nº 42/2025 — Veto ao PLV nº 10/2025 — MP 1.304/2025
Meio Ambiente e Transição Energética Justa	PL 4861/2023 — Incentivos a Combustíveis Menos Poluentes PL 3260/2024 — Descomissionamento de Instalações PL 1584/2021 — Reciclagem de Embarcações
Integridade do Mercado de Combustíveis	PL 399/2025 — Penalidades na Comercialização de Combustíveis PL 4257/2024 — Proibição de Formulador Não Autorizado PL 5502/2025 — Qualidade do Biodiesel no Óleo Diesel PL 5807/2025 — Tipificação de Falsificação de Combustíveis
Segurança Energética e Infraestrutura	PL 1935/2019 — Proibição de Lavra via Fracking PL 4663/2016 — Acumulações Marginais por Produtores Independentes PL 1482/2019 — Furto de Derivados de Petróleo em Dutos

Diretoria 2025/2026

A Frente de Energia é presidida pelo Sen. Veneziano Vital do Rêgo e conta com representantes de todas as áreas do setor.



Sen. Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Presidente da Frente Parlamentar de Energia



**Sen. Ana Paula Lobato
(PDT/ MA)**

Vice-presidente — Senado Federal



**Dep. Diego Andrade
(PSD/ MG)**

Vice-presidente — Câmara dos
Deputados



Dep. Julio Lopes (PP/RJ)

Vice-presidente de Petróleo



**Sen. Carlos Portinho
(PL/ RJ)**

Vice-presidente de Transição
Energética



Dep. Hugo Leal (PSD/RJ)

Vice-presidente de Segurança
Energética



**Sen. Laércio Oliveira
(PP/SE)**

Vice-presidente de Gás Natural

Diretoria 2025/2026



**Dep. Reginaldo Lopes
(PT/ MG)**

Vice-presidente de Assuntos
Tributários



**Dep. Benes Leocádio
(UNIÃO/ RN)**

Vice-presidente de P&D



**Sen. Efraim Filho
(UNIÃO/ PB)**

Vice-presidente de Combustíveis e
Biocombustíveis



**Dep. Carlos Veras
(PT/ PE)**

Vice-presidente de Assuntos Sociais



**Sen. Esperidião Amin
(PP/SC)**

Vice-presidente de Minerais
Energéticos



**Sen. Fabiano Contarato
(PT/ ES)**

Vice-presidente de Meio Ambiente



Dep. Bohn Gass (PT/RS)

Vice-presidente de Política Industrial



**Sen. Fernando Dueire
(MDB/ PE)**

Vice-presidente de Fontes Renováveis



**Dep. Bandeira de Mello
(PSB/ RJ)**

Vice-presidente de Eficiência
Energética

Diretoria 2025/2026



Dep. Zé Vitor (PL/MG)

Vice-presidente de Infraestrutura
Energética



**Dep. Pedro Campos
(PSB/ PE)**

Vice-presidente de Descarbonização

Conselho Consultivo



**Dep. Arnaldo Jardim
(Cidadania/SP)**

Presidente do Conselho
Consultivo



**Dep. Marussa Boldrin
(MDB/GO)**

Vice-presidente do Conselho
Consultivo

Veja a versão online desta agenda:

Para acessar este conteúdo em formato digital e acompanhar futuras atualizações da Agenda Legislativa INTÉ 2026, basta apontar a câmera do seu celular para o QR Code.

